
A APRIORIDADE NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

DAVID BARROSO BRAGA*

Resumo

O desvelar das “fontes” (*Quellen*) ou “faculdades” (*Vermögen*) do conhecimento por Kant, na obra *Crítica da razão pura*, possibilita saber que independentemente do concurso da experiência, não se pode conhecer nenhum “objeto”, mas tão somente os *princípios* (*Prinzipien*) do conhecimento, ou melhor, as *condições* (*Bedingungen*) de possibilidade de conhecimento. Este trabalho tem por objetivo analisar as nuances da argumentação kantiana para fundamentar a espinha dorsal de sua filosofia teórica, isto é, o conhecimento *a priori*.

Palavras-chave

Metafísica, Aprioridade, Sujeito.

Abstract

Unveiling of the “sources” (*Quellen*) or “schools” (*Vermögen*) of knowledge by Kant, in his Critique work of pure reason, enables know that regardless of experience competition, you cannot know any “object”, but only the principles (*Prinzipien*) knowledge, or rather, the conditions (*Bedingungen*) the possibility of knowledge. This work aims to analyze the nuances of the Kantian argument to support the backbone of his theoretical philosophy, that is, a priori knowledge.

* Mestre em filosofia pela Universidade Federal do Ceará-UFC.

Keywords

Metaphysics, Apriority, Subject.

A metafísica¹ tradicional conjecturava que a realidade *em si* era capaz de ser conhecida por nossa razão, quer dizer, aceitava como verdadeira a concepção de que a representação que tínhamos de algum “objeto” correspondia perfeitamente à realidade *em si* do “objeto” representado. Deste modo, bastava à razão se adequar e “descrever” os “objetos” para obter conhecimento legítimo, pois os conceitos (categorias) pertenciam aos “objetos” como suas qualidades intrínsecas².

¹ Denominou-se pela primeira vez Metafísica ao conjunto de escritos de Aristóteles que estavam catalogados “depois da física”. Na Idade Média passou a designar a “ciência suprema” que tinha como objeto de estudo Deus e os anjos, seres independentes da corporeidade. A tradição contemporânea a Kant (Woff) concebia a Metafísica em quatro partes: “metafísica geral ou ontologia”, “a alma e a psicologia”, “o mundo e a cosmologia”, “e Deus e a teologia”. (Cf. CAYGILL, H. *Dicionário Kant*, pp. 228-229). Kant comenta sobre a metafísica na obra *Prolegômenos* do seguinte modo: “Em primeiro lugar, no tocante às fontes do conhecimento metafísico, elas não podem, já segundo o seu conceito, ser empíricas. Os seus princípios (a que pertencem não só os seus axiomas, mas também os seus conceitos fundamentais) nunca devem, pois, ser tirados da experiência: ele deve ser um conhecimento, não físico, mas metafísico, que vai além da experiência. Por tanto, não lhe serve de fundamento nem a experiência, que é a fonte da física propriamente dita, nem a experiência interna, que constitui o fundamento da psicologia empírica. É, por conseguinte, conhecimento a priori ou de entendimento puro e da razão pura”. KANT, I. *Prolegômenos a Toda a Metafísica Possível*. 1987. pp.23-24.

² Essa adequação do intelecto ao objeto é característica da ontologia aristotélica. Dalbosco, interpretando Aristóteles, afirma que “só há verdade quando ocorre uma correspondência entre o intelecto e o objeto; isto é, o conteúdo daquilo que o intelecto pronuncia deve corresponder aquilo que o objeto é. Esta noção de verdade pressupõe a tese de que a linguagem (o conteúdo daquilo que é dito) tem a propriedade de dizer algo sobre a natureza das coisas como elas são em si mesmas”. Cf. DALBOSCO, Claudio A. *Idealismo Transcendental e Ontologia*. In: Temas sobre Kant. EDIPUCRS. Coleção Filosofia 106. Org. Angelo V. Cenci. p. 11.

Não obstante, aliciada pelo proceder matemático (ciência rigorosa e reconhecida por todos como saber necessário e universal), que parecia progredir além do limitado campo da experiência e de forma *a priori*, construindo ou produzindo seu conhecimento por simples conceitos, a metafísica tentava também progredir em seus conhecimentos desconsiderando qualquer experiência e deste modo pensava estar ampliando seus conhecimentos. Ela esquecia, pois, que a matemática precisava representar seus “objetos” na intuição e, assim, não via obstruções para ir sempre além, parecendo não ter limites na elaboração de seu conhecimento³.

A matemática oferece-nos um exemplo brilhante de quanto se pode ir longe no conhecimento a priori, independente da experiência. É certo que se ocupa de objetos e de conhecimentos, apenas na medida em que se podem representar na intuição. Mas facilmente se deixa de reparar nesta circunstância, porque essa intuição mesma pode ser dada a priori e, portanto, mal se distingue de um simples conceito puro. Seduzido por uma tal prova de força da razão, o impulso de ir mais além não vê limites. (A 4)⁴

Ora, se por um lado a metafísica dogmática preconizava que nosso entendimento devia se adequar aos “objetos” para garantir a autenticidade do conhecimento, por outro ela (metafísica racionalista) aspirava conhecer “objetos” e ampliar seu conhecimento simplesmente por conceitos, o que incidia em grande contradição, pois como conciliar a sujeição da razão aos “objetos” empíricos e, concomitantemente, o desejo de conhecer “objetos” independentemente de qualquer

3 Nessa perspectiva, diz Bonaccini: “(...) inspirada pelo sucesso das matemáticas, a razão pretenderia conhecer objetos que não podem ser dados na experiência (como, por exemplo, no caso de ideias platônicas, ideias inatas cartesianas, mônadas leibnizianas, ideias de substâncias lockianas, etc.); ‘objetos’ que por definição não podem ser objeto de percepção, porquanto ultrapassam os limites da nossa capacidade: trata-se de ‘objetos’ a priori ou puros”. Cf. BONACCINI, J. A. *Sobre o projeto kantiano de uma filosofia transcendental*. v. 27, n. especial, 2013.p. 216.

4 Citaremos a obra *Crítica da razão pura* de acordo com a recomendação da Akademie-Ausgabe (AA), a qual é também a paginação original. Sendo assim, a paginação da primeira edição (1781) é assinalada pela letra A, enquanto que a paginação da segunda edição é assinalada pela letra B. Em relação às outras obras de Kant, citaremos-as conforme as normas da ABNT.

experiência⁵?

Assim, os partidários da metafísica, mesmo tendo o objetivo comum de conduzi-la na via da ciência, não conseguiam sequer entrar em consenso em relação ao método⁶ que deviam seguir, parecendo mais que estavam em confronto⁷ (pois os argumentos deles entravam

5 Sobre este impasse a qual a metafísica estava submersa, comenta Bonaccini: “(...) eles {os metafísicos} pretendem obter um conhecimento *a priori* das coisas em si mesmas, portanto, universal e necessário, e totalmente desvinculado da experiência, através da simples análise dos conceitos; ocorre porém que para saber algo *a priori* das coisas nelas mesmas seria preciso que elas fossem dadas primeiramente numa experiência qualquer, mas assim eu não poderia saber *a priori* nada delas em si mesmas a partir de simples análise de seus conceitos. Donde, seria um *contra-senso* pretender um conhecimento *a priori* das coisas em si mesmas, pois, ou ele não seria *a priori* (e neste caso não haveria um conhecimento universal e verdadeiro, o que contraria as ciências), ou então não seria um conhecimento das coisas em si mesmas”. Cf. BONACCINI, J.A. *Peculiaridade e Dificuldade do Conceito de Idealismo Transcendental em Kant*. Princípios, Natal. A. II, n. 3 (92-101) Jul./Dez. 1995.P. 164.

6 Assim, os métodos (caminhos) aos quais os metafísicos empregavam para conduzir a metafísica na via da ciência eram diversos (não havia consenso) e como tais, dirigiam a lugares variados e o objetivo principal (que era levá-la a condição de ciência) nunca era alcançado. Por mais que um sistema metafísico não entrasse em contradição consigo mesmo e nem fosse refutado pela experiência, ele era desafiado por outro(s) sistema(s) metafísico(s) que também era coerente consigo mesmo do ponto de vista lógico. E como a metafísica quer elevar-se para além da experiência utilizando-se simplesmente da razão pura, os conflitos de sistemas metafísicos que se contradizem uns aos outros identificam-se com o conflito da razão consigo mesma. A questão do método é tão importante para Kant que ele afirma que a *Crítica da razão pura* é um tratado sobre o método e não um sistema da própria ciência (B XXII).

7 Segundo Casagrande, “o elemento gerador destas disputas intermináveis, reside, sem dúvida nenhuma, na relação paradoxal em que se encontra a metafísica. Fala-se aqui de uma paradoxalidade gerada pelas controvérsias entre dogmáticos, céticos e empiristas”.(Cf. CASAGRANDE, E. *Kant e o deslocamento do horizonte da metafísica tradicional*. In: Temas sobre Kant: EDIPUCRS. Coleção Filosofia. Org. Angelo V. Cenci.p.106). Essa paradoxalidade (confronto) é expressa na indistinção entre coisa *em si* e fenômenos, quer dizer, na identificação de objetos condicionados como sendo incondicionados. Assim, escreve Kant: “pelo que só é viável dispor os conceitos e *princípios* admitidos *a priori*, de tal modo que os mesmos objetos possam ser considerados de dois pontos de vista diferentes; *por um lado*, como objetos dos sentidos e do entendimento na experiência; *por outro*, como objetos que apenas são pensados, isto é, como objetos da razão pura isolada e que se esforça por

em conflito uns com os outros) do que aspirando ao mesmo desígnio.

Na verdade, a razão sente-se constantemente embaraçada, mesmo quando quer conhecer a priori (como tem a pretensão) as leis que a mais comum experiência confirma. É preciso arrear caminho inúmeras vezes, ao descobrir-se que a via não conduz aonde se deseja; e no que respeita ao acordo dos seus adeptos, relativamente às suas afirmações, encontra-se a metafísica ainda tão longe de o alcançar, que mais parece um terreiro de luta, propriamente destinado a exercitar forças e onde nenhum lutador pôde jamais assenhorear-se de qualquer posição, por mais insignificante, nem fundar sobre as suas vitórias conquista duradoura. (B XV).

Embora os “da própria casa” (os dogmáticos) parecessem se digladiar, opondo um sistema metafísico a outro sistema metafísico, eles tinham que lidar também com os adversários (os céticos), que mesmo sendo poucos e atacando esporadicamente, causavam muitos incômodos, pois colocavam em questão e em desconfiança tanto o saber metafísico quanto (indiretamente) o de outras ciências⁸.

transcender os limites da experiência. Ora, consideradas as coisas deste duplo ponto de vista, verifica-se acordo com o princípio da razão pura; encaradas de um só ponto de vista, surge inevitável o conflito da razão consigo própria”. Cf. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, B XX (nota de rodapé).

8 Kant afirma que David Hume (1711-1776) desferiu o golpe mais profundo que a metafísica sofreu em toda a sua história. O ataque ao princípio de causalidade (tido pela metafísica como a *priori* e originado pela própria razão) asseverava que a conexão de causa e efeito não passava de um produto da imaginação fecundada pela experiência, adquirindo, assim, suposta legitimidade e objetividade, mas que na verdade não passava de um hábito subjetivo. Este ataque atingiu também a ciência da natureza, isto é, suas leis, uma vez que desprovida da objetividade do princípio de causalidade, tornava-se factível de irregularidades, pois nada garantiria que a um dado A seguir-se-ia necessariamente dado B. Diz Kant que a crítica de Hume não trouxe qualquer luz à metafísica, mas suscitou uma centelha capaz de acender uma mecha inflamável. Ora, esta mecha inflamável era o próprio Kant, que incendiou (despertou da letargia (*Schlummer*) dogmática influenciada por Hume) a metafísica e incinerou a possibilidade não desta, mas de toda a metafísica (Lebrun, 2010). Kant buscou saber qual era a origem do princípio de causalidade, bem como seu uso legítimo e descobriu que havia outros conceitos que também tinham sua origem “suspeita”. A *Crítica da razão pura*, diz Kant, é a resolução do problema de Hume na sua completa generalidade. Cf. KANT, I. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*, p. 89.

Entretanto, esse “caos e noite” engendrada pela própria metafísica e que pairava sobre as ciências e as colocavam em descrédito, anunciavam “uma próxima transformação” (o advento da filosofia crítica), que deslocaria o problema epistemológico do “objeto” (ontologia) conhecido para o sujeito cognoscente no intuito de dirimir todos os impasses da metafísica.

Para livrar-se do fracasso e das suspeitas as quais está circunscrita, a metafísica, do mesmo modo que a *religião* e a *legislação*⁹, precisa passar pelo crivo da razão crítica, retificar seus princípios e eliminar todas as acusações as quais pode suscitar, e só assim poder escapar das desconfianças e conquistar o sincero respeito a qual “a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame” (A XII)¹⁰.

Todavia, como a metafísica é um “conhecimento especulativo da razão” (B XIV) que pretende ultrapassar todos os ensinamentos da experiência mediante o desdobramento de simples conceitos, é imprescindível investigar até onde a razão pode conhecer independentemente de qualquer dado sensível, isto é, a razão precisa conhecer a si mesma e erigir um tribunal que lhe permita repugnar legitimamente suas pretensões infundadas e, em contrapartida, ratificar seu saber autêntico¹¹.

Kant, pois, perscruta a razão humana com o objetivo de saber o que ela pode conhecer desvinculada de qualquer experiência, bem

9 Ver A XI (nota de rodapé).

10 Afirma Kant que as suspeitas de superficialidade do modo de pensar de sua época, produzidas pelo indiferentismo e a crise nas ciências são uma indicação que o “juízo amadurecido da época” não permite que um saber aparentemente certo se passe por um saber indubitável. A dúvida e o indiferentismo são provas de um modo de pensar rigoroso que prenunciam a época de Kant, quer dizer, a época da crítica a qual tudo tem que se submeter, quer para demonstrar que seus princípios estão bem firmados, quanto para retificar esses princípios. Cf. A XI (nota de rodapé).

11 Segundo Kant, os problemas que obstruem a metafísica de adentrar na via da ciência identificam-se com os problemas da própria razão humana. Esta, impulsionada por sua própria natureza, transpõe todo fundamento empírico e se aventura na *metafísica*, quer dizer, a razão humana impõe a si mesma certas questões que não pode rejeitar, entretanto, tão pouco pode responder. Cf. HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Trad. Christian Viktore Valério Rohden. 2005. p. 34. Assim, urge desvelar todo o “mal entendido” da razão consigo mesma. Cf. A XII.

como elucidar suas fontes de conhecimento, extensão e limites. O empreendimento kantiano, isto é, a *Crítica da razão pura*, é uma investigação crítica que a razão faz sobre si mesma, avaliando minuciosamente suas faculdades para saber sua própria capacidade de conhecimento. Deste modo, assevera Kant:

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência*; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios. (A XII).

A carência desse autoexame compele a razão a desvencilhar-se de qualquer base sensível e lançar-se cegamente além da experiência, acarretando em impasses e problemas insolúveis. “(...) A questão fundamental reside sempre em saber o que podem e até onde podem o entendimento e a razão conhecer, independentemente da experiência” (A XVII). Assim, investigar a razão é fundamental para saber suas forças, concomitantemente, conhecer suas “forças” implica em saber se a metafísica pode ou não tornar-se uma ciência, uma vez que esta pretende ser um conhecimento de razão pura.

A par da condição a qual a metafísica e as ciências se encontram, mas instigado pela mudança de método que revolucionou subitamente e encaminhou a *matemática* e a *física* para a segurança de saberes científicos, e valendo-se da analogia destas tanto quanto é possível com a metafísica, Kant decide modificar o *método* desta com o objetivo de enveredá-la no caminho seguro da ciência. Escreve ele:

A tarefa desta crítica da razão especulativa consiste neste ensaio de alterar o método que a metafísica até agora seguiu, operando assim nela uma revolução completa, segundo o exemplo dos geômetras e dos físicos. É um tratado acerca do método, não um sistema da própria ciência. (B XXII).

A alteração metodológica que Kant empreende assemelha-se à revolução produzida por Nicolau Copérnico no âmbito da

astronomia¹². Este, impossibilitado de explicar sem obstrução o movimento dos corpos celestes, admitindo a terra no estado imóvel e no centro do universo, pensou que ela poderia estar em movimento e os astros imóveis. Kant, analogamente, dirime dos “objetos” todas as qualidades intrínsecas, colocando como referência e condição do conhecimento a subjetividade humana. Em outras palavras, o aparelho cognitivo humano é retirado do estado de passividade e adequação aos “objetos”, tornando-se ativo e constringendo os “objetos” a se subordinarem a ele. Cito Kant:

Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém todas as tentativas para descobrir *a priori* mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento malograram-se mediante este pressuposto, tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim já concorda melhor com o que desejamos, a saber, **a possibilidade de um conhecimento *a priori* desses objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados**. Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira ideia de Copérnico. (B XVI). (grifo nosso)

O objeto conhecido perde seu caráter ontológico e torna-se dependente da mente humana para existir¹³. Assim, a mudança metodológica põe em evidência o aparato cognitivo do sujeito que é formado por duas faculdades: a sensibilidade, constituída pelo *espaço* e *tempo*, e o entendimento composto por *conceitos* ou categorias. Estas, independem e precedem à experiência, por isso Kant as denomina de

12 Nascido na Polônia, Nicolau Copérnico (1473-1553) ficou conhecido por elaborar a revolucionária teoria heliocêntrica (*De revolutionibus orbium coelestium*) refutando a tradicional concepção astronômica herdada de Aristóteles e Ptolomeu que afirmava que o sol movia-se em torno da terra.

13 Segundo Casagrande, a metafísica dogmática repugnava qualquer “possibilidade de um sujeito que conhece por si mesmo” pois, “o conhecimento era tido como consequência da correspondência - garantido pelo pressuposto divino - entre sujeito e objeto”. Cf. CASAGRANDE, E. *Kant e o deslocamento do horizonte da metafísica tradicional*. p. 39. Com a viragem kantiana, as atenções se voltam para o sujeito e sua estrutura possibilitadora do conhecimento.

*a priori*¹⁴.

A faculdade sensitiva humana tem como peculiaridade a capacidade de receber representações na mediada que é afetada, assim, ela expressa a receptividade do nosso espírito no que concerne a obtenção de “objetos”; por conseguinte, nossa sensibilidade não produz, mas reproduz “objetos” que lhe afetam. Todavia, a sensibilidade não age apenas passivamente: ela molda os “objetos” recebidos de acordo com suas formas *apriorísticas*: espaço e tempo. Deste modo, todo “objeto” sensível estará submetido às relações do *tempo* e circunscrito no *espaço*.

Diferentemente, o entendimento enquanto faculdade se caracteriza pela espontaneidade e tem como função pensar os “objetos” oriundos da sensibilidade e submetê-los a regras. O entendimento pensa os “objetos” com os *conceitos* que possui *a priori*, e, deste modo, aplica-lhes leis que confere valor objetivo ao conhecimento.

O entendimento possibilita o pensamento *a priori* de “objetos” mediante as *categorias* ou *conceitos*; já a sensibilidade propicia o determinar *a priori* no tempo e no espaço os “objetos” que pode receber. Embora essas faculdades tenham funções distintas, elas possuem elementos *apriorísticos* que as permite conhecer algo sobre os “objetos” antes mesmo que eles nos sejam dados.

Se a intuição tivesse de se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo *a priori*; se, pelo contrário, o objeto (enquanto objeto dos sentidos) se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição, posso perfeitamente representar essa possibilidade (B XVII).

14 Kant, na introdução da segunda edição da *Crítica da razão pura* (1787), faz a distinção entre conhecimento *a priori* e conhecimento empírico. Afirma que este, por ser proveniente da experiência, não possui universalidade legítima, mas apenas por indução, quer dizer, arbitrariamente. Já o conhecimento *a priori*, por não derivar da experiência e não depender de nenhuma sensação, é necessário e universal. Mesmo entre os conhecimentos *a priori*, Kant faz uma sutil distinção. Escreve ele: “Designaremos, doravante, por juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. Dos conhecimentos *a priori*, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura”. Cf. B 3.

Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência (, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objetos da experiência e com os quais devem concordar (B XVIII).

Deste modo, por intermédio dessas faculdades ou dessa estrutura *apriorística* pode-se estabelecer algo sobre os “objetos” antes que eles nos sejam dados, viabilizando a possibilidade de um conhecimento desvinculado de toda e qualquer experiência. Assim, um saber metafísico torna-se admissível, entretanto, em vez dele transcender a experiência, ele recua e volta-se para o próprio sujeito cognoscente, inaugurando a *filosofia transcendental*¹⁵.

Kant não se compromete com um conhecimento de “objetos” *a priori*, mas um conhecimento *a priori* de “objetos”. Enquanto a primeira proposição se refere a “objetos” factíveis de ser conhecidos antes de qualquer experiência, isto é, de forma pura – como o pretendido pela metafísica tradicional -, a segunda proposição expressa o que Kant concebe como “filosofia transcendental”, quer dizer, “um conhecimento *a priori* da forma lógica dos objetos *empíricos*, ‘impuros’ por definição. Esse seria o verdadeiro objeto da metafísica, pelo menos do ponto de vista teórico” (BONACCINI, 2013, p. 213).

Se uma metafísica que anseia transcender a experiência no intuito de conhecer “objetos” *a priori* é passível de dúvida, na medida em que anseia ser ciência, uma metafísica que conhece *a priori* os “objetos” é totalmente possível, uma vez que se interessa menos com “objetos” do que com a maneira humana de conhecer. Assim, uma metafísica das condições *apriorísticas* da possibilidade de conhecer “objetos”, uma “metafísica transcendental” por assim dizer, toma forma e “conteúdo” como ciência legítima.

15 Kant entende por *transcendental* “todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*”. Cf. B 25. Destarte, o regresso ao sujeito e, conseqüentemente, o desvelamento de suas fontes de conhecimento torna-se essencial para elucidar os objetos legitimamente cognoscíveis, bem como aceitar que há limites na peculiar forma humana de conhecer.

[] a razão não pretenderia conhecer nenhum objeto “puro”, mas poderia em princípio aplicar ou construir certas “estruturas” de percepção, intelecção e concepção no ato de conhecer qualquer objeto, propriedade ou estado de coisas no âmbito da experiência. O conhecimento dessas “estruturas” seria um conhecimento a priori: ao refletir-se sobre a experiência e verificar-se que dentre seus elementos existem alguns que não poderiam derivar da própria percepção, no sentido de que não podem ser imputados a dados sensoriais ou as suas causas, seria possível vislumbrar-se que há certas formas que já devem sempre ser pressupostas em toda percepção, intelecção ou concepção como suas condições. (BONACCINI, 2013, pp.215-216).

As estruturas *apriorísticas* do sujeito determinam e concedem *forma* aos “objetos”, possibilitando afirmar que elas existem mesmo sem a presença de “objetos”, mas isto não significa dizer que os “objetos” podem ser dados ou existir (como nós os conhecemos) sem a presença antecipada dessas estruturas¹⁶. Elas são condições fundamentais para a obtenção de conhecimento de “objetos”, condições *apriorísticas* puras possibilitadoras de conhecimento de “objetos” da experiência, embora nunca de “objetos” que não são dados na percepção.

Todo conhecimento que tem por princípio ou fonte uma faculdade *apriorística* do sujeito é necessário e possui rigorosa universalidade, devendo servir de medida ou fundamento a toda certeza apodítica, por conseguinte, o sujeito cognoscente deve “tomar a dianteira com seus princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes” (B XII). Nessa perspectiva, escreve Kant:

Com efeito, todo o conhecimento que possui um fundamento a priori anuncia-se pela exigência de ser absolutamente necessário; com mais forte razão deve assim acontecer a respeito de uma determinação de todos os conhecimentos puros a priori que deve servir de medida e, portanto, de exemplo a toda a certeza apodítica (filosófica). (A XV).

¹⁶ Afirma Manfredo de Oliveira que Kant efetuou a antropologização do pensamento ocidental. Isto é verídico desde que se considere a estrutura transcendental do homem como “horizonte a partir de onde e em relação ao qual tudo é pensado”. Cf. OLIVEIRA, M. *A antropologia na filosofia de Kant*. In *A filosofia na crise da modernidade*. Edições Loyola. 2ª edição, 1995.

Com a análise acerca das estruturas da razão e de posse de seus resultados, pode-se medir as forças da razão quando desvinculada de toda e qualquer experiência. Seus princípios, uma vez que não se originam ou derivam da percepção, são apodíticos, isto é, puros *a priori*. Além disso, esses princípios são *formais* e universais¹⁷, pois precedem às “coisas”, dando-lhes *forma* e *ordem*.

Conhecemos *a priori* apenas o que *produzimos* por intermédio de nossos princípios, únicos que podem conceder aos “objetos” concordantes com os “nossos planos” autoridade de lei, quer dizer, conhecemos ou possuímos *a priori* apenas o que colocamos nos “objetos”, o que é retirado de nossa razão, a *forma* do conhecimento e não sua matéria, embora nada possa “ser atribuído aos objetos que o sujeito pensante não extraia de si próprio” (B XXIII), pois “só conhecemos a priori das coisas o que nós mesmos nelas pomos” (B XVIII).

Deste modo, a metafísica finalmente trilha a estrada real do conhecimento e tornar-se adequada a um saber científico, uma ciência da razão pura, embora totalmente transformada pela “revolução copernicana em filosofia”, por conseguinte, a pretensão da razão humana de conhecer “objetos” *a priori* ou transcendentais (“coisas em si”) é frustrada pela sua própria capacidade, que a limita e mesmo a autoriza a conhecer legitimamente *a priori* apenas sua estrutura cognoscitiva. Nessa perspectiva, diz Bonaccini (2013, p.217).

Antes robustecida que enfraquecida pela crise, a Metafísica seria doravante reerguida como uma ciência teórica acerca das “estruturas formais” que a razão humana construiria e aplicaria automaticamente ao perceber, conhecer, pensar e agir no mundo de sua experiência.

A metafísica depurada e preparada pela crítica¹⁸ permite a razão

¹⁷ Kant afirma que a universalidade obtida com a experiência é suposto e comparativa (por indução) e poderia ser expressa decisivamente por esta proposição: “tanto quanto até agora nos foi dado verificar, não se encontram exceções a esta ou àquela regra”. B4

¹⁸ Afirma Kant que a crítica não é contrária ao procedimento dogmático da razão, isto é, o conhecer fundamentando-se em princípios seguros, mas é totalmente contra o dogmatismo da razão, quer dizer, o proceder sem uma crítica antecipada de sua

saber *como* e com que *direito* alcança os princípios que utiliza para conhecer *a priori*, bem como medir plenamente sua capacidade e estabelecer a extensão e os limites de seu uso, pois tudo quanto é extraído da própria razão é-lhe passível de ser elucidada de forma precisa e total. Assim, a metafísica possibilita abarcar completamente o âmbito do conhecimento que diz respeito à razão e a negar absolutamente o seu uso ilegítimo. Por conseguinte, qualquer tentativa de conhecer “objetos” *a priori*, simplesmente por razão pura, não passa de um “inventário sistematicamente ordenado” (A XX), um andar tateante em meio à escuridão, o retorno ao dogmatismo.

Não obstante essa restrição, as estruturas da razão determinam e regulam *aprioristicamente* os “objetos” de tal forma que conhecemos deles apenas o que nós mesmos lhes atribuímos. Assim, quando falamos de propriedades gerais dos “objetos” e “suas” qualidades objetivas, não nos referimos a predicções pertencentes aos “objetos” enquanto tais ou à sua natureza em si mesma, mas do modo como o sujeito transcendental conhece, pois este determina e predica os “objetos” através de suas condições *apriorísticas*. “A importância não reside nas perguntas o que é o conhecimento e o que é o objeto, mas em como é possível o conhecimento de objetos” (DALBOSCO, 2000, p.17).

Deste modo, os “objetos” cognoscíveis para o homem se subsumem necessariamente às estruturas do sujeito, como suas únicas condições de possibilidade de existência, e de tal forma são determinados por elas que do “objeto” mesmo independente do sujeito transcendental não temos a menor noção. Assim, Kant entende por *fenômenos* os “objetos” conhecidos por intermédio dessa estrutura, e por *númenos* os “objetos” que não são determinados pela estrutura

capacidade. Assim, a crítica é por excelência uma preparação, uma fundamentação de alicerces no qual se apoiará todo um edifício, neste caso, a base de uma metafísica segura e sólida, erigida rigorosamente como ciência. Nessa perspectiva, diz Kant: “Mais do que qualquer outro [Wolff] se encontrava apto para colocar nessa via [segura da ciência] a metafísica, se lhe tivesse ocorrido preparar primeiro o terreno pela crítica do respectivo instrumento, isto é, da própria razão pura; uma falta que, mais do que a ele, é imputável à maneira dogmática de pensar da sua época”. Cf. B XXXVI.

do sujeito, quer dizer, objetos “em si” mesmos que não podem ser conhecidos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Original Kritik der reinen Vernunft. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª edição. 2001.

_____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70. 1987.

BONACCINI, J. A. *Sobre o projeto kantiano de uma filosofia transcendental*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 27, n. especial, p. 211-232, 2013.

_____. *Peculiaridade e Dificuldade do Conceito de Idealismo Transcendental em Kant*. Princípios, Natal. A. II, n. 3 (92-101) Jul./Dez. 1995

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DALBOSCO, C. A. “Idealismo Transcendental e Ontologia”. In: *Temas sobre Kant*. EDIPUCRS. Coleção Filosofia 106. Org. Angelo V. Cenci. 2000.

CASAGRANDA, E. Kant e o deslocamento do horizonte da metafísica tradicional. In: *Temas sobre Kant*: EDIPUCRS. Coleção Filosofia 106. Org. Angelo V. Cenci).

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Trad. Christian Viktore Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

